

Terceiro Mundo e movimentos estudantis dos anos 1960.

Luís Antonio Groppo

Endereço: Avenida Armando Césare Dedini, 1155. 13405-268, Piracicaba/ SP

Fone: (19) 34232072

E-mail: luis.groppo@am.unisal.br

Resumo

Há uma importante influência dos problemas do Terceiro Mundo e das ideologias terceiro-mundistas nos movimentos estudantis dos anos 1960. Pesquisas bibliográficas sobre obras que discutem os temas Terceiro Mundo e movimentos estudantis, assim como documentos produzidos pelos universitários, indicam os sentidos assumidos por esta influência. A trajetória do Terceiro Mundo na segunda metade do século XX pode ser interpretada do ponto de vista da transculturação. A transculturação resulta dos choques entre os projetos de ocidentalização do mundo (movidos pelo colonialismo e imperialismo) e as resistências à ocidentalização. Neste sentido, as ideologias terceiro-mundistas são, a um tempo, parte da resistência à ocidentalização e produto da transculturação. Elas, ao lado da interpretação juvenil dos dramáticos eventos no Terceiro Mundo, são uma das principais inspirações da onda mundial de revoltas estudantis dos anos 1960. O complexo e contraditório enfrentamento dos valores modernizadores, capitalistas e “ocidentais” pelos movimentos nacionais, antiimperialistas e socialistas do Terceiro Mundo, e logo de seus estudantes universitários, migrou e encontrou novas ressonâncias no coração do Primeiro Mundo, ajudando a gerar a onda mundial de revoltas juvenis nos anos 1960.

Palavras-chave

Terceiro Mundo

Terceiro-mundismo

Movimentos estudantis

Anos 1960

Transculturação

Ocidentalização

Terceiro Mundo e movimentos estudantis dos anos 1960.

Luís Antonio Groppo¹

Introdução

Há uma importante influência dos problemas do Terceiro Mundo e das ideologias terceiro-mundistas nos movimentos estudantis dos anos 1960. Ainda que de modo exploratório neste momento, sem desejar por ora muitas conclusões, busco compreender esta influência. A origem deste artigo está em pesquisas bibliográficas e produções de textos destinadas a minha tese de doutorado (Groppo, 2000), retomadas e repensadas para esta oportunidade.

Para tanto, acredito ser necessário, primeiro, apresentar a trajetória do Terceiro Mundo na segunda metade do século XX do ponto de vista da transculturação. A transculturação nomeia razoavelmente bem o autêntico resultado dos choques entre os projetos de ocidentalização do mundo (movidos pelo colonialismo e imperialismo) e as resistências à ocidentalização. As ideologias terceiro-mundistas, discutidas em seguida, são, a um tempo, parte da resistência à ocidentalização e produto da transculturação. Elas, ao lado da interpretação juvenil dos dramáticos eventos no Terceiro Mundo, serão uma das principais inspirações da onda mundial de revoltas estudantis dos anos 1960.

1. Ocidentalização e Transculturação.

Pode-se considerar o Pós-Segunda Guerra como um novo momento de “ocidentalização” do mundo, mais especificamente de uma modernização capitaneada pelos Estados Unidos para grande parte do mundo “subdesenvolvido” e, de certo modo, para a Europa Ocidental e o Japão destruídos pela guerra. Trata-se de uma nova roupagem da modernização concebida como “progresso”, como uma necessária e irresistível “ocidentalização” do mundo, que divide os países em Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos, centrais e periféricos, modernos e arcaicos, desenvolvidos e subdesenvolvidos, de acordo com o afastamento ou a proximidade do país em relação ao modelo ideal de civilização moderna. (Ianni, 1995).

¹ Professor do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Unidade Americana. Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp.

Novamente, a modernização do mundo aparece como a difusão dos valores sócio-culturais predominantes na Europa e nos Estados Unidos: princípios de liberdade e igualdade que pressupõem contratos entre proprietários, processos de industrialização, mercantilização, secularização e individualização, proposição da personalidade ideal “individualista”, o capitalismo como processo civilizatório superior e inexorável etc. A modernização sustentada pelas potências ocidentais encontrou desde o início uma multiplicidade de sociedades e situações diferentes do que se observava nas sociedades “ocidentais”, mas sempre acreditou ser possível e necessário levar a todo lugar o “desenvolvimento” e o “progresso”, instituindo, com o apoio das elites nativas dos povos dominados, processos de secularização, individuação, mercantilização e industrialização. O produto real, aquém dos desejos de homogeneidade dos projetos “modernizadores”, é na verdade um complexo de diversidades, desigualdades e convivências entre temporalidades distintas. (Ianni, 19995).

Mas, ao mesmo tempo em que os países do chamado Terceiro Mundo são receptores de práticas que têm como lastro este fundo modernizador e ocidentalizante, também são focos de resistências e contestações a estes princípios civilizatórios que se dizem universais. Tudo, é claro, permeado por intensas contradições e paradoxos: valores ocidentais que legitimam formas de dominação e exploração perversas, projetos modernizadores que desejam manter estruturas arcaicas de desigualdade entre povos e estratos sociais, movimentos nacionalistas e antiimperialistas que apregoam de modo redimido valores de liberdade e igualdade iluministas, misturas intrigantes de ocidentalismo, nacionalismo e tribalismo nas propostas dos movimentos de oposição, bem como nos defensores da situação.

Os paradoxos da nova ocidentalização do mundo estavam também presentes na proposta norte-americana de erradicar o velho colonialismo da dominação formal e direta, substituindo-o pela manutenção informal da influência econômica e ingerência política da antiga metrópole, influência sustentada por elites nativas comprometidas. Com isto, os Estados Unidos acreditavam poder evitar o risco da radicalização das lutas nacionais, risco este que poderia permitir o crescimento do Bloco Soviético. O confronto entre velho colonialismo e novo imperialismo (um dos seus emblemas seria a Guerra de Suez, em 1956) revela que a própria concepção de modernização ou “ocidentalização” não era

monolítica. As diferentes matrizes contemporâneas da “ocidentalização” também possuíam pontos em discordância – mesmo se não levarmos em consideração ainda as diferenças entre capitalismo e socialismo soviético. Após a década de 1950, que gerou o Plano Marshall, a criação da ONU, o início da corrida armamentista e o histerismo da Guerra Fria, o complexo e contraditório enfrentamento dos valores modernizadores, capitalistas e “ocidentais” pelos movimentos nacionais, antiimperialistas e socialistas do Terceiro Mundo, e logo de seus estudantes universitários, migrou e encontrou novas ressonâncias no coração do Primeiro Mundo, ajudando a gerar a onda mundial de revoltas juvenis nos anos 1960.

O Pós-Segunda Guerra Mundial, com o processo de mundialização, o terceiro-mundismo, novas revoluções socialistas na Ásia e Cuba e o início da globalização, assistiu ao fim do imperialismo “clássico”, ou seja, do domínio formal dos povos não-ocidentais pelas potências colonialistas. A descolonização foi um processo avassalador, conturbado e contraditório, que teve enormes efeitos, inclusive psicossociais, nas populações das antigas potências colonizadoras (principalmente entre os jovens). Uma parte importante destes efeitos se materializaria nas motivações dos protestos e se inscreveria nos manifestos estudantis ao longo da onda mundial de revoltas juvenis.

Na véspera da Primeira Grande Guerra (1914), o mundo estava, em sua quase totalidade, dominado, animado e organizado pela Europa. No entanto, trinta anos depois, no fim da Segunda Guerra, já se podia escutar o sopro ardente dos continentes colonizados varrendo os dominadores e forçando a entrada no palco das relações internacionais daqueles que antes, como colônias, só figuravam no cenário como objetos. No final da década de 60, centenas de milhões de seres humanos, como resultado de uma ação coletiva e determinada de mudar o sistema de dominação já haviam se tornado atores no processo de decisão de poder. E a história das relações internacionais passou a ser influenciada pela emancipação dos povos colonizados. (Canêdo, 1986, p. 5).

Assim, o colonialismo dos séculos XIX e XX, que tentou realizar a ocidentalização do mundo, enquanto efetivamente implantou um complexo processo de transculturação, seria interrompido por uma onda irresistível de descolonização no pós-Segunda Guerra. Se pensarmos também no irromper de outras lutas antiimperialistas nos países “subdesenvolvidos” já independentes, incluiremos nesta vaga inexorável não apenas a África e a Ásia, mas também a América Latina. E se abirmos ainda mais a noção de povos subalternos, também as lutas dos negros, chicanos e pobres norte-americanos tornam-se parte deste complexo antiimperialista.

Acredito que se poderia considerar a descolonização também como um processo que ajudou a criar o novo ciclo capitalista, a Era da globalização. Criam-se circuitos econômicos, políticos, culturais e sociais que atravessam muito mais povos que outrora, que se tornam bem mais inclusivos que antes. No entanto, o próprio caráter desta “civilização capitalista”, deste processo civilizador da modernidade, transformou-se: deixa de ter caráter estritamente “ocidental”, europeu ou anglo-saxão, branco, masculino e adulto, e torna-se ainda mais complexo culturalmente, incluindo múltiplas etnias, religiosidades, tradições culturais, valores, símbolos, costumes e relações, construindo formas reais e gerando possibilidades inúmeras de combinações. Movimentos nacionalistas do Terceiro Mundo, populismos latino-americanos, políticas de industrialização nos países “subdesenvolvidos” e socialismos heterodoxos (asiáticos e cubano) fazem parte deste processo de gestação de um novo ambiente cultural, na verdade “transcultural”, na era da globalização. De modo algum está se dizendo aqui que o atual universo sócio-cultural prima pela igualdade das etnias, pela liberdade das manifestações, pela ausência de perversas hierarquias culturais ou pela derrota de simbioses artificiais entre moderno e tradicional. Na verdade, defende-se que o mundo da cultura, talvez agora sim realmente próximo de uma “cultura mundial”, mudou completamente sua face, redefinindo a posição dos valores “ocidentais” diante de outras realidades culturais, construindo redes de globalização (baseando-se em padrões como moeda global, mercado financeiro, língua inglesa, mídias etc.) no interior de países outrora tidos como “atrasados”, criando focos de marginalização mesmo nos países tidos como “desenvolvidos”, produzindo formas culturais extremamente diversas, com combinações múltiplas entre ocidentalismo, orientalismos, africanismos, indigenismos, exotismos e esoterismos (na música *pop*, no cinema, na televisão, no teatro, nas artes plásticas, na literatura etc.). Vagas de esoterismo oriental, novas ondas de drogas que alteram a percepção, literaturas do Terceiro Mundo, mergulho em novas formas de dança, artes plásticas e música com origens múltiplas (como a *world music* e a *new age*) e, até mesmo, o renascimento das artes africanas: “Hoje, a arte, a música e a dança na África não são apenas ensinadas em todos os tipos de estabelecimentos educativos: estão em pleno florescimento e começam a ser reconhecidas na Europa.” (Boahen, jul./ 1984, p. 38).

Os movimentos juvenis e estudantis, as juventudes, em todos os locais do mundo

em que se deram, também foram participantes deste processo: jovens em movimentos de libertação nacional ou em lutas pelo socialismo no Terceiro Mundo; movimentos estudantis que utilizaram as lutas no Terceiro Mundo como inspiração, fonte de indignação, de protestos e de manifestos ou até mesmo como modelos a serem seguidos; produções culturais, em diversos níveis de politização ou mercantilização, direcionadas a ou produzidas por jovens que realizaram, conscientemente ou não, um diálogo com as mais diversas fontes (no rock, na *Pop Art*, nos cinemas novos, nas músicas de protesto, no tropicalismo brasileiro e nas produções contraculturais em todo o mundo).

A descolonização, de certo modo, inverte o fluxo de influências culturais que predominou após a conquista da Ásia e África pelas potências capitalistas. Ao serem vencidos pelas forças colonialistas, os povos africanos e asiáticos iriam buscar dentro do próprio Ocidente, na Europa do século XIX, a principal ideologia que os animaria a resistir, o nacionalismo. Muitos líderes dos movimentos nacionalistas foram instruídos pelas nações conquistadoras: Nehru na Índia, Dato Onn Bingaafar na Malásia, Nkrumah na Costa do Ouro, Bourguiba na Tunísia, Forhat Abbas na Nigéria etc. Eles entraram em contato com o nacionalismo nas escolas, pela imprensa, nas prisões das potências ocidentais e através dos partidos políticos ocidentais. Se, inicialmente, este nacionalismo não causara maiores problemas às potências colonizadoras, ele entraria depois em uma explosiva fusão com idéias advindas do marxismo-leninismo, durante as Revoluções proletárias do começo do século XX. A Revolução Russa, Lenin e os demais bolchevistas ajudaram a espalhar a concepção de que o imperialismo era “parasita por natureza”, colocando a luta do colonizado contra o colonizador ao lado da luta do proletariado contra a burguesia. Mais do que a ajuda do *Komintern* (assembléia dos Partidos comunistas internacionais, que se compromete, a partir de 1919, a auxiliar todas as lutas revolucionárias nos países colonizados), a influência das idéias e das propostas de prática política antiimperialista seriam muito importantes. Graças ao antiimperialismo, dentro das colônias criaram-se ideologias nacionalistas mais revolucionárias e preocupadas em realizar mobilizações de massas. (Canêdo, 1986). A influência do pensamento antiimperialista iria atravessar várias décadas e diferentes movimentos: uma frase de Bukarin, de 1921, seria citada em um jornal estudantil alemão em 1964, dizendo que “o principal fator da desintegração do sistema capitalista é a dissolução dos vínculos entre os estados imperialistas e suas numerosas

colônias”. (apud Dutschke, 1976, p. 110).

O jogo do “feitiço que se vira contra o feiticeiro” não deixaria de ser seguido pela vingança do feiticeiro: conquistada a independência, os povos da Ásia e África se submetem ao modelo do Estado Nacional, que volta seus poderes contra sua própria população. Uma população fatalmente dividida, na maioria dos casos, por diferenças religiosas, étnicas e culturais, que não forma uma verdadeira Nação. É claro que seria muito difícil aos países recém-formados pela descolonização conseguirem desvincular-se do modelo “em que o Ocidente foi pioneiro, visto como o de sociedades que geram progresso, e a forma de poder e cultura da riqueza, com o desenvolvimento tecno-científico, numa variante capitalista ou socialista. Não havia outro modelo operacional além da ‘ocidentalização’ ou ‘modernização’, ou o que se queira chamá-lo.” (Hobsbawm, 1995, p. 202). Mas é preciso lembrar que, apesar de muitos dos dirigentes das ex-colônias defenderam a modernização e os valores “progressistas”, introduziram-se versões, visões e, principalmente, práticas bastante diferentes do “padrão” europeu ou norte-americano. Na verdade, talvez tenha sido, mais do que ninguém, a própria modernidade dos países “desenvolvidos”, com seus projetos de ocidentalização e progresso, a maior vítima do turbilhão de revoltas, descontentamentos e projetos alternativos iniciados com a descolonização.

Aqueles setores sociais do Primeiro Mundo que, desde os áureos tempos do imperialismo clássico, opunham-se às políticas coloniais de seus países, após a descolonização iriam encontrar outra fonte de insatisfação. É que, com a descolonização, estava-se diante de uma nova forma de dominação “imperialista”, indireta, econômica e de intervenções políticas pontuais. Também, a lógica da Guerra Fria impunha uma divisão internacional do poder que gerou artificialismos absurdos no estabelecimento de fronteiras e na moldagem de sociedades nacionais. Estes artificialismos iriam implodir dramaticamente após a Queda do Muro de Berlim, em 1989, que findaria a Guerra Fria. Mas, desde sempre, os frutos da divisão pretendida pela bipolarização renderam conflitos e revoltas. O momento em que este artificialismo revelou-se absurdo para um maior contingente de pessoas em todo o mundo, o momento em que a *práxis* antiimperialista sofreria uma inesperada mutação, tornando-se uma das principais bandeiras dos movimentos estudantis e das novas esquerdas, foi a Guerra do Vietnã, que explode em

1961.

A Guerra do Vietnã revela com mais cores o modo arbitrário e agressivo com que os Estados Unidos desenvolviam sua política internacional. A CIA (Agência Central de Inteligência), criada em 1947 para centralizar os serviços de inteligência das Forças Armadas dos Estados Unidos, empregava, no auge da Guerra Fria, centenas de milhares de pessoas para a coleta – direta ou indireta – de dados, com um custo anual de US\$ 5 bilhões. Estes dados referiam-se principalmente aos países estrangeiros (aliados ou não) e eram utilizados em missões para “confundir o inimigo”. A CIA criou também departamentos para operações secretas e guerras psicológicas em países estrangeiros. O “trabalho sujo” incluía a deposição de chefes de governo nacionalistas ou simpáticos à União Soviética e a imposição de sangrentas ditaduras na Ásia, África e América Latina. Influências mais ou menos diretas dos Estados Unidos estão presentes na deposição do primeiro-ministro iraniano, Mohamed Mossadegh, em agosto de 1953 (por causa de sua tentativa de nacionalizar a Companhia Petrolífera Anglo-Americana e sua oposição ao xá Reza Pahelevi, francamente favorável aos norte-americanos). O golpe arquitetado pela CIA deu oportunidade para o xá instaurar uma ditadura militar sangrenta. Logo seria a vez da América Latina, que voltava a ser foco de ingerências norte-americanas. Em 1954, foi deposto o presidente da Guatemala, Jacobo Arbenz, que realizara um programa de reforma agrária e exercia um governo com forte conotação nacionalista – a gota d’água teria sido a expropriação de terras da companhia americana *United Fruit*. O golpe na Guatemala teve ajuda do ditador da Nicarágua, Anastasio Somoza, e da CIA, que armou alguns generais rebeldes. A truculenta ditadura instalada duraria quatro décadas. (Arbex Jr., 1997).

A União Soviética, de Krushev, ao declarar a intenção de manter uma “coexistência pacífica” com os Estados Unidos, teria motivado ainda mais a livre ação do imperialismo norte-americano, no entender do crescente número de insatisfeitos com o jogo das relações internacionais. Depois de enviar cada vez mais tropas ao Vietnã, os Estados Unidos bombardearam o Vietnã do Norte e fomentaram golpes militares no Brasil (1964), Indonésia (1965) e São Domingos (1965). Principalmente entre os estudantes mais “radicais”, esta dinâmica era sentida do seguinte modo: “enquanto o campo socialista fazia a paz, o imperialismo fazia a guerra.” (Sader, 1987, p. 52). Nos anos 1960, o antiimperialismo assume formas mais drásticas de crítica, não apenas ao capitalismo

colonialista, mas também ao comedido socialismo soviético. O antiimperialismo torna-se o inspirador de lutas que podem ser chamadas de “antimodernas”, que põem em causa os limites e as contradições da modernização em seus princípios.

Nos anos 1960, o Terceiro Mundo ainda não aparecia tanto como “problema populacional” (ou de superpopulação) ou como “subdesenvolvimento” (imagem que lhe seria mais cara a partir dos anos 1970). No imaginário dos movimentos sociais, até 1968 pelo menos, o Terceiro Mundo era visto como povos em luta ou por sua independência ou por sua autodeterminação (o que incluía, então, a América Latina). Lutas que inspiraram os negros dos Estados Unidos, jovens, mulheres, ecologistas e vários outros a se rebelarem contra aqueles que os oprimiam dentro de suas próprias sociedades.

2. Terceiro-mundo e Terceiro-mundismo

É claro que hoje fica relativamente mais fácil criticar as teorias terceiro-mundistas desenvolvidas nos anos 1950 e 60. Mesmo em sua época, não era difícil perceber nelas propostas contraditórias aglutinadas e programas ora por demais amplos, ora por demais superficiais, tentando abarcar realidades muito diversas, expectativas múltiplas e interesses conflitantes. Também, sempre se perceberam os limites que a geopolítica da Guerra Fria impunha aos projetos terceiro-mundistas, através de ameaças econômicas, interferências políticas e intervenções diretas ou indiretas nas novas nações que ousassem destoar das decisões das superpotências. Entretanto, perceber-se-á a força e, principalmente, a influência do terceiro-mundismo na segunda metade do século XX, mesmo quando significou um impulso quase suicida de jovens estudantes idealistas para a violência guerrilheira.

Nos anos 1950, o terceiro-mundismo assumiu-se majoritariamente como uma proposta de “não-alinhamento”, esboçando a criação de um bloco de países independente em relação aos blocos soviético e capitalista. Este Terceiro Bloco, ou Terceiro Mundo, reunia países que desejavam o auxílio mútuo nas relações internacionais, projetos econômico-sociais baseados na autodeterminação e medidas de impacto social. O não-alinhamento, apregoadado por governos de alguns importantes novos países, estimulou processos de independência de povos ainda colonizados e influenciou o pan-africanismo dos anos 1960 e 70.

Assim, quando se consolidou, o termo Terceiro Mundo se referia a um conjunto de mais de cem países que afirmavam não fazer parte nem do Primeiro nem do Segundo Mundo, em geral países da África e Ásia, mais tarde da América Latina (após a Revolução Cubana em 1959). O termo consagrou-se na Conferência Afro-Asiática, ou Conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955. Nesta Conferência, 29 países da Ásia e África reuniram-se por iniciativa da Birmânia, Índia, Ceilão, Indonésia e Paquistão. Buscava-se uma identidade à parte da bipolarização da Guerra Fria, identidade esta baseada na consciência de que estas nações possuíam interesses, problemas e situações sócio-econômicas e político-ideológicas distintos daqueles apregoados pelas duas superpotências. Também, demonstrava-se a consciência do fato de ser ele mesmo, o Terceiro Mundo, alvo da ambição destas superpotências. Em seu discurso, o presidente da Indonésia, Ahmed Sukarno, proclamou o compromisso de colaboração mútua entre todos os países ali reunidos contra agressões imperialistas. Esta Conferência revelou a possibilidade, e a realidade, de uma dissociação não mais apenas entre as ideologias socialista e capitalista, mas também uma clara divisão mundial causada pela defasagem nas condições econômicas e de vida das populações do Terceiro Mundo em relação às dos demais blocos. Também, revelavam-se as dificuldades de afirmação, pelos países do Terceiro Mundo, de uma independência de fato em relação às nações desenvolvidas.

Em 1964 realizou-se a Segunda Conferência Afro-Asiática, com 47 países participantes e 10 observadores. Os novos Estados africanos aderiram em massa. Estavam presentes também muitos delegados dos movimentos que ainda lutavam pela libertação de seus povos. Uma nova reunião, em 1972, em Georgetown, criou um Comitê Permanente, sediado em Nova York (por ser esta cidade a sede da ONU). Em 1972, o movimento parecia estar em seu auge, participando dele quase todos os países da África e Ásia (inclusive todos os exportadores de petróleo) e 15 países da América Latina.

Os inspiradores do “não-alinhamento” eram ex-revolucionários coloniais radicais, como Jawaharlal Nehru na Índia, Sukarno da Indonésia, o coronel Gamal Abdel Nasser do Egito e o dissidente comunista Tito, da Iugoslávia. Estes líderes diziam que seus governos eram socialistas, mas de um modo diferente do modelo soviético, apesar de demonstrarem simpatias pela União Soviética ou, pelo menos, estarem dispostos a aceitar sua ajuda econômica e militar. Os Estados Unidos parecem então despertar, redefinindo sua política

anticolonialista e, sem impedir novas descolonizações, procuraram aliar-se às forças mais conservadoras, “anticomunistas” ou antiprogressistas existentes no interior das sociedades do Terceiro Mundo. Com o Iraque (antes da revolução de 1958), Turquia, Paquistão e o Irã do xá, os Estados Unidos formaram a Organização do Tratado Central (CENTO em inglês), completando com o SEATO (Organização do Tratado do Sudeste Asiático) o sistema militar anti-soviético, que tinha seu pilar na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte, reunindo os Estados Unidos e países da Europa Ocidental). Um dos grandes animadores da primeira Conferência Afro-Asiática, Sukarno da Indonésia, sofreria um golpe militar orquestrado pelos Estados Unidos em 1965 – apesar dele, bem como os líderes dos principais países que se reuniram na Conferência de Bandung, nunca terem tencionado confrontar diretamente as superpotências. Na verdade, os Estados Unidos e a União Soviética nunca deixaram de manter a linha de frente quanto aos desígnios políticos do Terceiro Mundo.

Já nos anos 1960, seria mais característico – ao menos mais influente nos movimentos estudantis – o terceiro-mundismo que emergiu dos socialismos heterodoxos da Ásia (China e Vietnã) e América Latina (Cuba), ou melhor, o socialismo que emergiu da *práxis* antiimperialista e terceiro-mundista destas regiões. Mas os anos 1960 tiveram também a ascensão do pan-africanismo, em meio ao veloz processo de descolonização da África.

O pan-africanismo remonta suas origens pelo menos aos movimentos de valorização da negritude, nos anos 1930. Nos anos 1930, a África negra ainda não se agitara tanto assim em comparação com as colônias da Ásia e África do Norte, mas já surgia uma insatisfeita classe urbana com educação superior, que criara, em meados desta década, uma imprensa política. As influências destes líderes nacionalistas da África Negra iam das idéias do movimento negro dos Estados Unidos às do movimento comunista, muitas delas circulando através da União dos Estudantes da África Ocidental. (Hobsbawm, 1995).

Um dos maiores incentivadores do pan-africanismo foi Kwame Nkrumah. Sua história ilustra as esperanças e os dramas de outra ilusão perdida. Depois de passar pelos Estados Unidos, Inglaterra e França, tomando contato com o pan-africanismo e conhecendo lideranças africanas, retornou à Costa do Ouro, onde formou um partido populista sob o *slogan* “*Self-Government Now* (Auto-governo já)”. Nkrumah, após eleições triunfais,

tornou-se chefe do governo provisório instalado por ingleses, em um fato muito significativo para a África negra: desde o início do imperialismo, era o primeiro negro a chefiar seu próprio país. Ele faria uma série de concessões aos ingleses para conseguir a independência definitiva, oficializada em 1957, renomeando o país como Gana. Organizou um Congresso Pan-Africano em 1958, em Accra, com muito sucesso e mais de 80 mil pessoas representando 50 organizações sindicais, cooperativas e centros culturais. Mas, daí em diante, Nkrumah colecionaria derrotas em sua luta pelo pan-africanismo, assim como em seu projeto de desenvolvimento industrial acelerado e de teor socializante em Gana. Logo, o Partido Único de Gana seria dominado pela burguesia que, por fim, derrubaria Nkrumah em 1966.

Também o sonho de uma coletividade negra para além da África teve momentos importantes durante os anos 1960, quando se criaram conexões internacionais entre movimentos africanos e afro-norte-americanos. Movimentos da África teriam influenciado o início da mobilização de estudantes negros nos Estados Unidos: ativistas afro-americanos vieram fazer palestras sobre a independência dos países africanos para os estudantes negros. Alguns destes estudantes foram até mesmo enviados para conhecer de perto os movimentos africanos. A guerra do Vietnã também levaria Martin Luther King, líder do Movimento pelos Direitos Civis dos negros norte-americanos, a fazer uma declaração em que se associava luta antiimperialista, luta étnica e a busca de um sistema social mais justo:

Nós devemos unir nosso ardor pelo movimento dos direitos civis com o movimento pela paz. Nós devemos demonstrar, ensinar, pregar e organizar até que as principais fundações de nossa nação estejam sacudidas (...). Nós estamos engajados em uma guerra que está tentando quebrar a maré da história que perpetua o colonialismo branco (...). Na verdade, as esperanças de uma grande sociedade têm sido assassinadas nos campos de batalha do Vietnã... As bombas para o Vietnã estão explodindo em nosso próprio país. (apud Katsiaficas, 1987, p. 33).

Há ainda uma outra importante fonte terceiro-mundista, tanto para o Movimento de Martin Luther King, quanto para outros rebeldes dos anos 1960. Principalmente em suas fases iniciais, parte importante dos movimentos juvenis nos anos 1960 deixaram-se influenciar pelas propostas de desobediência civil e pacifismo, disseminadas por Mahatma Gandhi, líder “espiritual” da independência da Índia. Gandhi propunha aos indianos, durante o domínio britânico:

A primeira coisa, portanto, é dizer-vos a vós mesmos: *Não aceitarei mais o papel de escravo. Não obedecerei às ordens como tais, mas desobedecerei quando estiverem em conflito com a minha consciência.* O assim chamado patrão

poderá surrar-vos e tentar forçar-vos a servi-lo. Direis: *Não, não vos servirei por vosso dinheiro ou sob ameaça*. Isso poderá implicar sofrimentos. Vossa prontidão em sofrer acenderá a tocha da liberdade que não pode jamais ser apagada. (apud Canêdo, 1986, p. 45, grifos do autor).

Certamente, a proposta de não-violência teria maior expressão na ação dos estudantes dos Estados Unidos, dada a influência do Movimento pelos Direitos Civis dos negros, que haviam assumido esta postura. Mas em todo o mundo sentir-se-á a presença dos princípios propostos por Gandhi, princípios que enfrentariam uma convivência paradoxal, no interior das ideologias dos movimentos juvenis, com as propostas de violência e luta armada. Nos múltiplos movimentos juvenis dos anos 1960, nem mesmo a crença aparentemente ingênua de Gandhi, de que se poderia realizar a transformação social e política a partir da revolução espiritual, seria descartada.

O pan-africanismo e a “desobediência civil” se inserem numa seqüência de movimentos de valorização das etnias marginalizadas em todo o mundo, destacando-se os movimentos dos povos e grupos negros. Os Estados Unidos iriam eles próprios ser testemunhas disto, com o Movimento pelos Direitos Civis. Se o movimento de Martin Luther King inspirava-se nas máximas da não-violência e da desobediência civil de Gandhi, outro movimento negro norte-americano preferiria os modelos da luta armada e da guerrilha oferecidos pelo Vietnã e outros movimentos da própria África: os “Panteras Negras”. Os movimentos dos afro-americanos também enfrentariam, assim como os demais movimentos juvenis de 1968, o dilema da violência.

A “não-violência” logo deixaria de ser a face mais influente do terceiro-mundismo sobre os jovens nos anos 1960. O terceiro-mundismo assumiria, com o tempo, algumas faces mais radicais, defendendo o uso da violência. Um dos seus expoentes seria Frantz Fanon, psicólogo caribenho participante da Guerra da Argélia. Em seu mais famoso livro, *Os condenados da Terra* (Fanon, 1979), o terceiro-mundismo chegou à tese oposta de Gandhi e de Martin Luther King, ao fazer o “elogio da violência como uma forma de libertação espiritual para os oprimidos”. (Hobsbawm, 1975, p. 431). Para Enzensberger, Fanon é mais um exemplo de pensadores terceiro-mundistas que, se têm dificuldades para expressar qual era o tipo de sociedade que queriam,

(...) tanto mais nítidos e claros são (...) quando falam sobre o caminho que decidiram seguir. Neste ponto, Mao Zedong e Patrice Lumumba, Franz Fanon e Sékou Touré, Ho Chi Minh e Kwame Nkrumah, concordam perfeitamente: todos estão convencidos de que só pela violência atingirão suas metas. A violência é por

assim dizer o tema central, em torno do qual gira seu pensamento. Cada conversa com um líder negro americano, um estudante persa, um comunista chinês cedo ou tarde se dirigirá para esse ponto (...). [Todas as teses e doutrinas evocadas] descambam na frase: “só violência leva ao fim da violência”. (Enzensberger, 1985, p. 237).

A retórica da violência revolucionária provocada pelas injustiças sofridas pelos povos do Terceiro Mundo se generaliza nos anos 1960, seduzindo principalmente os mais jovens. O mexicano Carlos Fuentes, então um jovem escritor, preparou um texto para um debate que faria na televisão com o Secretário Assistente dos Estados Unidos para Assuntos Latino-americanos, que não ocorreu porque a Embaixada dos Estados Unidos no México recusou dar o visto para Fuentes. Um dos trechos deste texto dizia:

Revolução? Sim, porque como o México e Cuba demonstraram, somente a revolução armada pode destruir para sempre os exércitos de casta, protetores da velha ordem (...). Revolução! Vocês gritam aos céus, torcem as mãos, choram frente à violência e ao derramamento de sangue. Sim. Infelizmente, jamais foi possível, até agora, convencer as classes dominantes de um país feudal que sua hora chegou (...). Porfírio Diaz e Fulgêncio Batista só se convenceram sob a mira do revólver. É essa a única forma pela qual os latifundiários peruanos, os militaristas argentinos e os latifundiários colombianos serão convencidos. Sangue? Sim, os atraso histórico é pago com sangue. A injustiça é paga com sangue (...). De Espártaco a Fidel Castro, passando pelas Revoluções Protestante, Inglesa, Francesa, Americana, Mexicana e Russa, todas as revoluções foram realizadas pela violência. Mickey Mouse não faz revoluções. Estas são feitas por homens famintos, valentes, irados, desesperados. (Fuentes, 1964, p. 59).

O dilema da violência – ou seja, a questão de qual seria o melhor método de resistência, pacífico ou agressivo – perpassou as diversas fontes intelectuais que conceberam os “condenados da Terra”, em destaque os camponeses, como esperança de revolução social nos anos 1960. Primeiro, o pensamento mais propriamente terceiro-mundista, inspirado em Gandhi e Fanon, ambos, como se viu, com visões opostas sobre o papel da violência. Segundo, movimentos de valorização dos negros, também com visões contrapostas sobre a questão da violência, como Martin Luther King e os Panteras Negras. Terceiro, os socialismos terceiro-mundistas e camponeses (como os de Mao Tsé-Tung e Che Guevara), que em geral concordavam entre si na veneração da violência.

Mas há ainda uma outra fonte de valorização das revoltas do Terceiro Mundo. Trata-se do desassossego de alguns pensadores da nova esquerda européia e norte-americana diante do suposto “fim da ideologia” no mundo ocidental, em destaque Herbert Marcuse. A literatura econômica e sociológica nos anos 1950 e 60, não necessariamente de esquerda, costumava destacar muito a estabilização do sistema capitalista nos países desenvolvidos “e

a incorporação da classe operária entre os beneficiários deles”. (Gorender, 1998, p. 84).² Partindo desta premissa (hoje, certamente, bastante contestável), a muitos dos intelectuais inconformados com o capitalismo restou apenas a aposta nos excluídos dos benefícios, aqueles que estavam mantidos à margem do sistema, a saber, “as minorias desempregadas e superexploradas, como os negros nos Estados Unidos e os povos párias do Terceiro Mundo”. (Gorender, 1998, p. 84). Teria sido o caso de Baran e Weezy, no livro *O capital monopolista*, e de Marcuse em *O homem unidimensional*.

Em pleno 1968, depois de vários anos nos Estados Unidos, para onde fugira quando Hitler assumira o poder, Marcuse estava de volta a Berlim Ocidental, na Universidade Livre ocupada pelos estudantes. Diante de uma platéia lotada e ávida, as respostas de Marcuse cada vez mais criavam insatisfações. Alguns perguntavam sobre “o que fazer?”, exigindo um grau de praticidade que Marcuse não possuía. Outros se mostraram insatisfeitos com a opinião de Marcuse de que não seriam os estudantes os que fariam explodir a “revolução mundial”, já que considerava que os estudantes só fariam parte secundária de uma Grande Recusa mundial, em que seriam mais importantes os povos explorados do Terceiro Mundo. (Siguán, 1973). Ao mesmo tempo, este evento revelava um encontro e um desencontro entre Marcuse e o movimento estudantil alemão: a revolta juvenil, que crescera em consciência e mobilização justamente por sua reflexão sobre o Terceiro Mundo e pela influência do terceiro-mundismo (como mostrarei no item a seguir), agora parecia desejar a plenitude de sua revolta. Não seria o único nem o primeiro dos muitos paradoxos dos movimentos estudantis destes anos.

3. Terceiro Mundo e movimentos estudantis

São diversos os exemplos de movimentos estudantis, ou eventos de protesto juvenil, no Primeiro e até no Segundo Mundo, em que a influência de acontecimentos no Terceiro Mundo serviu como estopim, motivação ou temática para os jovens. Além dos casos que comentarei a seguir, posso citar, na França, a atuação da UNEF (União Nacional dos Estudantes Franceses), que mobilizou os estudantes em diversos protestos desde 1960 contra a Guerra da Argélia. Na Inglaterra, protestos estudantis aconteceram contra a Guerra do Canal de Suez (em 1956) e contra a institucionalização do *apartheid* na ex-colônia

² Cf. também Mészáros (2004).

inglesa da África do Sul (em 1968). Em Portugal, em prol da libertação da Angola em 1962. (Groppo, 2000).

Os precursores dos *hippies* dos anos 1960, os poetas *beats*, na verdade, já ilustravam a influência do terceiro-mundismo, em seu sentido amplo, como ideário capaz de colocar em causa as certezas da “sociedade afluyente” e da “cultura ocidental”. No trecho abaixo, tirado do clássico livro de Jack Kerouac, *On the Road*, os imigrantes e os negros, bem como a sua condição de pobreza, serviram como contraponto ao *american way of life*:

Num entardecer lilás caminhei com todos os músculos doloridos entre as luzes da 27ª com a Welton no bairro negro de Denver desejando ser um negro, sentindo que o melhor que o mundo branco tinha a me oferecer não era êxtase bastante para mim, não era vida o suficiente, nem alegria, excitação, escuridão, música, não era noite o suficiente... Desejava ser um mexicano de Denver, ou mesmo um pobre japonês sobrecarregado de trabalho, qualquer coisa menos aquilo que eu tão tristemente era, um “branco” desiludido. (apud Peçanha, 1988, p. 17).

Entre os estudantes, a absorção do tema do Terceiro Mundo e do terceiro-mundismo começou de modo mais sério e profundo entre os universitários de Berlim Ocidental, no início dos anos 1960. Lá, desde logo os estudantes denunciaram as condições da maioria dos novos Estados independentes e a continuidade disfarçada do imperialismo: “As guerras de liberação nacional obrigaram na maioria dos casos os antigos senhores coloniais a abandonar o domínio visível (...). Mas mantiveram a força econômica dissimulada, que segue mantendo em dependência os novos estados”.³ Obras sobre o imperialismo, a revolta contra regimes opressores no Terceiro Mundo e a guerra de guerrilhas impressionavam os estudantes alemães e seus movimentos:

Nesta época (em 1966) estávamos já estudando o livro de Frantz Fanon, nos reconhecíamos nos artigos de Che Guevara sobre a guerra de guerrilhas e o homem e o socialismo em Cuba e estudávamos os *Kursbücher* editados por Hans Magnus Enzensberger (...). Também resultaram muito importantes os cadernos de *Argument* (e) (...) o livro de Jürgen Horlemann e Peter Gäng sobre o Vietnã. (Dutschke, 1976, p. 126).

O Vietnã serviu para tentar justificar ações ainda mais contundentes na Alemanha. Panfleto distribuído pela organização alemã *Kommune I*, em maio de 1967, dizia, sobre os terroristas que atearam fogo em uma loja de Bruxelas (atentado que causou cerca de 300 mortes), que, deste modo, permitiram à população de Bruxelas experimentar o que era uma guerra como a do Vietnã:

Se houver incêndio em algum lugar nos próximos dias, se em algum lugar

³ Jornal *Anschlag*, de um grupo de estudantes berlinenses, julho de 1964, apud Dutschke (1976, p. 110).

uma caserna explodir, se em algum lugar uma tribuna desmoronar sobre um estádio, por favor, não fiquem surpresos. Não menos surpresos do que quando os americanos transpõem a linha de demarcação, quando o centro de Hanói é bombardeado, ou quando os *marines* fazem incursões na China. Bruxelas deu a única resposta: *Burn, ware house, burn!*. (apud Bosc & Bouguereau, 1968, p. 47).

Daniel Aarão Reis Filho demonstra como as guerrilhas dos povos do Terceiro Mundo contra o colonialismo e o imperialismo norte-americano, principalmente no Vietnã, tiveram enorme influência no desejo de estudantes em todo o mundo, incluindo o Brasil, de mobilizar-se contra seus regimes políticos e sistemas sócio-econômicos. É claro, os estudantes selecionavam aqueles exemplos e aqueles aspectos que melhor confirmavam as suas opções:

A guerra popular no sudeste asiático sugeria a idéia de que a fraqueza militar era algo relativo, que uma dada correlação de forças podia ser alterada, desde que houvesse união do povo, determinação e organização (...). O ser humano era mais importante do que a técnica. A vontade política valia mais do que as máquinas. Um guerrilheiro com um bom fuzil podia mais do que uma superfortaleza voadora da força aérea norte-americana. (...) Os mais impacientes ainda apontariam uma lição maior: a luta do Vietnã era de vida ou morte armada, um enfrentamento decisivo, não comportava os meios termos, os tons cinzentos, as vacilações. (Reis Filho, 1998, p. 32-3).

A Guerra do Vietnã motivaria inúmeras manifestações estudantis em importante parcela dos países do mundo, contrárias à atuação dos Estados Unidos na Indochina. Destacam-se os protestos em 1968, após a Ofensiva Tet (um ataque concentrado de forças rebeldes vietnamitas contra os norte-americanos). Até mesmo o Segundo Mundo teve alguns protestos contra a guerra do Vietnã: na ex-Cecoslováquia, em 26 e 27 de abril de 1968, estudantes secundaristas fizeram uma greve por este motivo; em 1968, durante a Revolução Cultural, na China, uma facção estudantil chegou a interromper uma linha que carregava suprimentos chineses ao Vietnã – em oposição à própria política de Mao Zedong e reverberando protestos juvenis mundiais contra a Guerra na Indochina. (Groppo, 2000). Mas os protestos mais marcantes aconteceram, justamente, nos Estados Unidos – e não apenas em 1968, mas também em 1970, em protesto contra o fato dos Estados Unidos estenderem a guerra ao Camboja.

Nos Estados Unidos, a Guerra do Vietnã viria ser o elemento explosivo interno a motivar movimentos juvenis de grande latitude: não apenas os protestos estudantis, mas até mesmo a revolta comportamental dos *hippies*. Esta latente revolta juvenil já havia se aquecido com a questão da luta dos afro-americanos pelos seus direitos civis.

No final dos anos 1960, alguns daqueles jovens iriam engrossar, nos próprios Estados Unidos, grupos de ação armada formados por militantes brancos das novas esquerdas, que visavam principalmente alvos relacionados com a Guerra do Vietnã. Os atentados contra estes alvos inspiravam-se em diversas ações perpetradas no passado, como as do Comitê do Dia do Vietnã na Universidade de Berkeley (mas estas tinham caráter irreverente e demonstrativo, não apelando para a resistência violenta). Outra fonte, foram as propostas e práticas de ação de massa nas ruas, durante as manifestações antiguerra, que promoveriam distúrbios e confrontariam a polícia, como os protestos contra a Convenção Democrata em Chicago, em agosto de 1968. Numa daquelas ações armadas, em 25 de setembro de 1968, manifestantes contra a guerra do Vietnã invadiram e incendiaram um posto de alistamento em Milwaukee. (Perrone, 1988).

Alguns destes grupos surgiram no interior do SDS (*Students for a Democratic Society*, Estudantes por uma Sociedade Democrática, a principal organização estudantil norte-americana até 1968), que realizaram ações terroristas demonstrativas com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública contra a guerra. Num deles tomaram parte Sam Melville e Jane Alpert, que realizaram diversos atentados a bomba em 1969 e 1970 contra empresas que fabricavam material de guerra. (Cohn-Bendit, 1988). O mais conhecido destes grupos foi os *Weathermen* (“Meteorologistas”), cujo nome se inspirava em versos de Bob Dylan, que diziam: “Você não precisa de um meteorologista para saber de que lado está soprando o vento”. (Muggiati, 1984, p. 134). Os *Weathermen* acreditavam ser uma espécie de esquadrão suicida cujas ações deveriam colaborar com os terroristas negros, considerados como a verdadeira vanguarda revolucionária. Logo, adotaram uma postura de terrorismo demonstrativo, acreditando que suas ações poderiam fazer vir à tona a “consciência revolucionária” da população. Promoveram, em outubro de 1969, uma série de ataques terroristas contra pessoas e propriedades. (Cantor, 1978).

Voltando aos movimentos estudantis, agora do Terceiro Mundo, é preciso lembrar a sua força e importância. Vários deles, durante 1968, como Brasil e México, ao menos se igualam em extensão e mobilização aos mais famosos movimentos do Primeiro Mundo, como o Maio de 68 na França. Nestes movimentos fora do Primeiro e Segundo Mundo, na verdade, acabou sendo mais forte e até mais consistente o terceiro-mundismo, mesmo que

este estivesse bastante enredado com os ideários socialistas, principalmente dos socialismos cubano e chinês, ou de socialismos tradicionais reinterpretados de modo terceiro-mundista.

Não são raras as análises que negam que tenha havido uma relação fundamental, para além da coincidência na irrupção de suas revoltas, entre os inúmeros movimentos estudantis dos anos 1960. Movimentos que se deram em quase todas as regiões do globo, fossem estas do Primeiro, Segundo ou Terceiro Mundo. Octávio Paz, por exemplo, mesmo reconhecendo a “universalidade do protesto juvenil”, não via identidade nas questões que animavam os diversos movimentos:

O movimento juvenil nos Estados Unidos e na Europa contém (...) perguntas implícitas e não formuladas que dizem respeito aos próprios fundamentos da idade moderna e ao que, desde o século XVIII, constitui seu princípio reitor. Estas perguntas aparecem muito diluídas nos países da Europa oriental e não aparecem de todo, exceto como *slogans* vazios, na América Latina. A razão é clara: os norte-americanos e os europeus são os únicos que realmente têm uma experiência completa do que é e significa o progresso. (Paz, 1984, p. 203).

Entretanto, é possível considerar que, ao seu modo, como encenação trágica ou resistência à ocidentalização do mundo, o Terceiro Mundo lançou outras modulações daquelas questões essenciais da modernidade e vivenciou de modo ainda mais dilemático as contradições do “progresso”. Tanto é verdade que isto deve ser considerado que, como demonstrei acima, o Terceiro Mundo e o terceiro-mundismo foram temas cruciais em todos os três mundos para as ideologias, as motivações e até as dinâmicas dos movimentos estudantis dos anos 1960.

No Terceiro Mundo, desde os primeiros sinais do que seria a descolonização, durante os anos da Grande Depressão, manifestaram-se descontentamentos estudantis nas colônias européias na Ásia e África. A causa não era tanto uma politização mais acentuada, ou uma consciência antiimperialista mais desenvolvida das populações colonizadas, mas principalmente uma reação contra a crise econômica que se alastrava dos países centrais para as colônias. Nos anos 1930, a abrupta queda dos produtos primários no mercado internacional fez as classes populares e os setores médios das colônias (entre os quais, os estudantes) sentirem pela primeira vez seriamente os efeitos nocivos da sua dependência às grandes economias mundiais: “Os estudantes se amotinaram no Cairo, Rangun e Jacarta, não porque sentissem que algum milênio político estava ao alcance, mas porque a Depressão derrubara de repente os esteios que tinham tornado o colonialismo tão aceitável para a geração de seus pais.” (R. F. Holland apud Hobsbawm, 1995, p. 211-2).

Mas, então, os estudantes universitários eram apenas uma pequena elite intelectual, quase irrelevantes do ponto de vista demográfico. E isto era verdade não apenas para os países do Terceiro Mundo, mas para o próprio Primeiro Mundo (com a importante exceção dos Estados Unidos). Na segunda metade do século XX, entretanto, isto iria mudar. Na América Latina, por exemplo, os estudantes estavam se tornando uma camada social quantitativamente expressiva. O número de matrículas universitárias dobraria na Argentina (onde já havia se estendida a educação universitária à classe média antes) entre 1960 e 1980, aumentaria quinze vezes no México (de 76 mil estudantes em 1960 para 247 mil em 1970 e 1,3 milhão em 1987), no Brasil (de 95 mil estudantes em 1960 para 430 mil em 1970 e 1,4 milhão em 1980) e no Peru (de 16 mil estudantes em 1950 para 246 mil em 1980). O Chile, com apenas 9 mil universitários em 1950, teria 120 mil em 1970. (Castañeda, 1994).

A educação superior converteu-se num traço crucial para o desenvolvimento latino-americano desse período. As universidades regionais, em zonas onde haviam vegetado durante anos ou simplesmente não existiam, converteram-se em centro de atividade política e cultural e também em bases de poder e de participação no orçamento educacional. De Puebla a Sinaloa, no México, a Ayacucho e Concepción, no Peru e no Chile, elas logo se transformaram em sementeiras de ativismo político e radical. (Castañeda, 1995, p. 164).

Através do terceiro-mundismo, os movimentos estudantis da América Latina, que, assim como outras mobilizações juvenis do Terceiro Mundo, tendiam a falar sobretudo sobre os problemas internos de seu país, puderam desenvolver alguma consciência sobre o cosmopolitismo da rebeldia juvenil destes anos. No Brasil, esta consciência era anterior a 1968, como se atesta ao ler a Declaração de Princípios do XXVIII Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), ocorrido em julho de 1966 na cidade de Belo Horizonte:

Mais uma vez a União Nacional dos Estudantes assume a vanguarda do povo na luta contra as forças da opressão (...). Sabemos que enfrentamos não apenas um grupo de militares que usurpou o poder (...). O imperialismo, o latifúndio e a burguesia que se uniram em abril, sob o comando da casta militar, para instalar a tirania no País, são as mesmas forças que assassinam a população do Vietnã; são as mesmas forças que ocupam a República Dominicana; tentam invadir Cuba (...). Afirmamos que só a união do povo poderá destruir essas forças, pois, na medida direta em que as forças populares se organizam, adquirem possibilidades de conduzir o processo de libertação nacional (...). Assim, a luta dos universitários brasileiros deve ser encaminhada para uma aliança estreita com as forças populares, vinculando a defesa da cultura e o combate ao terror e ao obscurantismo. (apud Poerner, 1979, p. 355-7).

Então, a diretoria da UNE era controlada pela AP (Ação Popular), movimento de origem católica progressista que se convertera ao maoísmo. Não era à toa que a citação acima está toda ela impregnada pelas noções de antiimperialismo e guerra popular então sustentadas pelo marxismo chinês. Também, uma concepção mais cosmopolita da questão do Terceiro Mundo e mais crítica em relação à bipolarização da Guerra Fria. O maoísmo também terá grande influência nos documentos citados abaixo, produzidos por membros da AP.

Um dos documentos preparatórios ao XXX Congresso da UNE, que se daria em 1968, cujo título por si só já é muito revelador (“Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo ianque”), revela, após apontar o “grande inimigo” (os Estados Unidos), este sentimento internacionalista do movimento estudantil, a solidariedade para com as lutas dos povos do Terceiro Mundo e, após a invasão soviética da ex-Checoslováquia, a desilusão em relação ao comunismo oficial. É, apesar de sua tendência maoísta, talvez melhor, justamente por causa dela, uma espécie de resumo geral das motivações dos movimentos estudantis de 1968, não apenas do Brasil, mas de todo o mundo:

Nossa solidariedade deve ser dada também aos que lutam em todo o mundo contra o inimigo comum dos povos – o imperialismo norte-americano. Nas primeiras linhas dessa luta encontra-se o valente povo vietnamita. Suas ações heróicas despertam o entusiasmo e servem de exemplo aos que se empenham em libertar seus países da reação e do domínio estrangeiro. Saudamos os estudantes que, na França, Alemanha, Espanha, Estados Unidos, México, Colômbia, Uruguai, Argentina e muitos outros países, se erguem para combater as forças retrógradas e exigem a transformação radical da Universidade. Estamos ao lado dos povos que lutam contra as tiranias e para acabar com o sistema imperialista. Defendemos o princípio da autodeterminação dos povos e por isso condenamos a invasão da Checoslováquia e exigimos a retirada das tropas soviéticas e de seus aliados do Pacto de Varsóvia daquele país. (*Contribuição ao XXX Congresso da UNE. Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo ianque, 1968*).

Em outro documento preparatório para o XXX Congresso da UNE, a crítica aos Estados Unidos e a declaração de solidariedade ao Vietnã se relacionam com luta contra a ditadura militar:

Ao lado da opressão sobre o povo brasileiro, a ditadura colabora decididamente com a política de agressão e de rapina do imperialismo norte-americano sobre todos os povos e principalmente com a política de agressão sobre o heróico povo do Vietnã (...).

Na luta contra o imperialismo, devemos ter presente que esta é a luta de todos os povos. O imperialismo americano, por sua política de agressão e de tentar impor seu poder sobre todos os povos, tornou-se o inimigo principal de todos os povos. E nesta luta, a frente principal no momento se encontra na luta de libertação do povo do Vietnã (...).

A tarefa de solidariedade ao povo do Vietnã é uma das mais importantes em nossa luta. O nosso apoio efetivo é travar na prática a luta contra o imperialismo em nosso próprio país, é denunciar constantemente as ações assassinas sobre todo o povo vietnamita e divulgar constantemente a luta deste povo pela libertação (...).

Ao lado desta tarefa, devemos toda a solidariedade à luta dos negros americanos contra o imperialismo em sua própria pátria e às lutas desenvolvidas com maior intensidade recentemente pelos operários e estudantes na Europa. As lutas de libertação dos povos na Ásia, África, América Latina não têm fronteiras, são partes de uma só luta contra o opressor comum, inimigo principal de todos os povos, o imperialismo ianque. (*O povo na luta derrota a ditadura e expulsa a ditadura*, 1968, p. 2, 17 e 18).

Até mesmo os negros norte-americanos foram lembrados pelos movimentos brasileiros. Mais que isto, um dos cartazes dos estudantes paranaenses em manifestação em Curitiba, contra a morte do estudante Edson Luís pela polícia carioca em março de 1968, dizia: “Nos EUA Negros! Aqui, estudantes!” Deste modo, estudantes reprimidos pelo governo militar brasileiro se identificavam aos negros norte-americanos em luta por sua dignidade. (apud Hagemeyer, 1998, p. 111).

Conclusão

Foram muitas as falhas e tragédias no processo do suposto desenvolvimento do Terceiro Mundo. Na tentativa de implementar, por bem ou por mal, a industrialização, a educação de massas e a consolidação do Estado Nacional, o que se promoveu, muitas vezes, foi tão somente o rompimento de laços tradicionais de socialização, o fracasso escolar em amplas proporções, as guerras civis, o terrorismo de Estado etc. Estes e outros dramas já foram bastante descritos pelas Ciências Sociais, mas talvez ainda não totalmente compreendidos, a não ser dentro de esquemas do “dever ser” que não teriam sido devidamente seguidos graças a supostas perversidades humanas.

As chaves da globalização, da mundialização da cultura e da multiplicidade sócio-cultural, talvez, nos ajudem a redesenhar os caminhos tomados e perceber a sua lógica – por mais terríveis e desumanos que tenham sido os seus efeitos, por mais imoral que seja seu atual resultado. Também deve ajudar o enfoque sobre os movimentos juvenis e as juventudes, algo que tentei aqui realizar. Estes movimentos e grupos sociais foram, ao mesmo tempo, agentes e objetos fundamentais nestes processos de transculturação (inclusive fora do Terceiro Mundo). Nos anos 1960, foram as juventudes mobilizadas, talvez, os mais importantes agentes sociais na reconstrução das sociedades pós-colonização,

atores políticos em movimentos de libertação nacional, socialistas e nacionalistas, produtores e consumidores de criações culturais múltiplas etc.

Mas o Primeiro Mundo também sofreu desde logo os efeitos da descolonização, um processo que afetou o interior das antigas potências colonizadoras, despertando uma consciência crítica contra o colonialismo em muitos setores das populações das metrópoles, que passaram a criticar o desenvolvimento à custa da exploração violenta de outros povos. Também dentro das potências colonizadoras foi importante o pensamento antiimperialista criado pelo socialismo, que criticava o colonialismo como uma maneira de reforçar o capitalismo. Líderes políticos e intelectuais surgiram na Europa defendendo a liberdade e o direito de autodeterminação dos povos colonizados, como Jean-Paul Sartre. Durante o processo da descolonização, antigas potências como a França, que resistiam ao fim de seus impérios, observaram no interior de sua sociedade movimentos contestadores – como os protestos de estudantes franceses contra a Guerra da Argélia.

Ao longo dos anos 1960, as tragédias da descolonização, do pós-descolonização e das guerras imperialistas (em destaque, a guerra do Vietnã) ajudaram a mobilizar estudantes em todas as regiões do planeta. Mobilizações que, muitas vezes, para além de defender as causas do Terceiro Mundo, chegaram a se inspirar nas suas ideologias e práticas: terceiro-mundismo, resistência não-violenta, guerrilhas, maoísmo, guevarismo etc.

Em 1968, empolgados pela espantosa reação dos vietnamitas do Norte e comunistas do Vietnã do Sul contra os Estados Unidos – a Ofensiva Tet –, muitos estudantes denunciariam com ainda mais veemência o imperialismo estadunidense. No Terceiro Mundo, muitas vezes estes movimentos souberam demonstrar que, em graus e modalidades diferentes, também o imperialismo dos EUA, com a conivência do seu pretenso arquiinimigo, a União Soviética, era responsável pela condição de dependência, ditadura, pobreza, miséria ou guerra civil da sua nação.

Neste sentido, o Terceiro Mundo, se chegou a ser no início dos anos 1960 fonte de um sentimento de “caridade” e pena entre estudantes do Primeiro Mundo, logo se tornaria fonte de ideologias e *práxis* de protesto social. Para o próprio Terceiro Mundo, a onda mundial de revoltas juvenis de 1968 foi uma semente da consciência cosmopolita.

Entretanto, hoje, no início do século XXI, o que restou deste terceiro-mundismo e deste cosmopolitismo inconformista? Não pretendo, por ora, nem mesmo esboçar uma

resposta. Apenas lembrar que os anos seguintes a 1968 foram, do ponto de vista histórico-político e sócio-econômico, o de um eclipse das ideologias e doutrinas que animaram os jovens nos anos 1960, ao menos em seus aspectos emancipatórios. Também, que, hoje, o ocidentalismo ganha um novo e estranho reforço, nas práticas e doutrinas que sustentam nosso triste capitalismo global. E isto apesar dos patentes fracassos dos antigos e novos programas de “desenvolvimento” dos países do Terceiro Mundo e do crescente poder econômico e político de nações do Sul da Ásia. Por outro lado, os protestos que criticam esta globalização, ao menos desde a mobilização contra a reunião da Organização Mundial de Comércio (OMC), em Seattle, em 1999, ilustram o retorno do tema do Terceiro Mundo. É claro que o contexto é outro, mas se observam interessantes analogias com o que se deu nos anos 1960, como o fato de que os principais ideólogos deste novo sentimento terceiro-mundista tenham vindo primeiro do mundo “desenvolvido”, como David Korten e Naomi Klein. (Groppo, 2003). Entretanto, parecem anunciar o alvorecer de novos terceiro-mundismos, elaborados por pensadores e ativistas engajados diretamente nas questões e contradições mais propriamente vividas pelos povos do “Sul”. (Groppo, 2005). Apenas espero que, se este revigoramento do pensamento inconformista mundial a partir de pensadores “transculturais” se der, que, diferente de 1968, o resultado não seja tão somente o apagar repentino dos desejos de emancipação após um intenso, mas breve, fulgor do anseio da liberdade.

Referências Bibliográficas

- ARBEX JR., José Guerra Fria. **Terror de Estado, política e cultura**, São Paulo: Moderna, 1997.
- BOAHEN, Albert Adu. “O legado do colonialismo”, *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 7, julho de 1984, pp. 32-38, p. 38.
- BOSC, Serge & Jean-Marceau BOUGUEREAU, “O movimento dos estudantes berlinenses - um precedente?”, In: Serge BOSC, J. M. BOUGUEREAU & Philippe GAVI, **A crise européia: revolta ou revolução**, Rio de Janeiro: Degrau, 1968, p. 15-78.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. **A descolonização da Ásia e da África**, São Paulo: Atual, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986.
- CANTOR, M. **The divided left. American radicalism, 1900-1975**. New York: Hill and Wang, Toronto: McGraw-Hill, American Century Series, 1978.
- CASTAÑEDA, Jorge G. **Utopia desarmada. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana**, São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- COHN-BENDIT, D. **1968: A revolução que tanto amámos**. Lisboa: Dom Quixote, 1988
- Contribuição ao XX Congresso da UNE. Combate intransigente a ditadura e ao imperialismo ianque. mimeo*, 1968.

- DUTSCHKE, Rudi. “Los estudiantes antiautoritarios y las contradicciones del capitalismo tardío”, In: Uwe BERGMANN et. al. **La rebelión de los estudiantes**, Barcelona: Ariel, 1976, p. 57-163.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. “Periferia européia”, In. **Com raiva e paciência. Ensaio sobre literatura, política e colonialismo**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 227-244.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- Fuentes, Carlos. “As razões da América Latina: palavras aos norte-americanos”, In Paul M. SWEEZY et. al., **Perspectivas da América Latina**, Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p.49-65.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**, 5ª ed. São Paulo, Ática, 1998.
- GROPPO, Luís Antonio **Uma onda mundial de revoltas. Movimentos estudantis nos anos 1960**. Tese (doutorado em Ciências Sociais), Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- _____. “Lamentos que vêm do Norte: a crítica à globalização em David Korten”, Revista *Ciências Sociais Unisinos*, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale dos Sinos, v. 39, n. 163, São Leopoldo: Unisinos, 2003, p. 81-108.
- _____. “Transculturização e novas utopias”, *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), n. 64, 2005, p. 61-84.
- HAGEMEYER, Rafael Rosa. “1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná”, In. José Roberto MARTINS FILHO (org.). **1968 faz 30 anos**, Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1998, p. 95-128.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991**, São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. “A ocidentalização do mundo”, In: **Teorias da Globalização**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, cap. V, p. 75-92.
- KATSIAFICAS, G. **The Imagination on the New Left. A global analysis of 1968**. Boston: South End Press, 1987.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MUGGIATI, R. **História do rock, vol. 3: Os anos rebeldes. Somtrês**, São Paulo: Três, 1984.
- O povo na luta derrota a ditadura e expulsa a ditadura. mimeo*, 1968.
- PAZ, Octávio. “Olimpíada e Tlatelolco”, In: **O labirinto da solidão e Post-Scriptum**, 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PEÇANHA, Dóris Lieth Nunes. **Movimento Beat. Abordagem literária, sócio-histórica e psicanalítica**, Petrópolis: Vozes, 1988.
- PERRONE, F. **Relato de guerra: Praga, São Paulo, Paris**. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. “O ano mágico”, In Daniel Aarão REIS FILHO & Pedro de MORAIS. **1968. A paixão de uma utopia**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998
- POERNER, Artur José. **O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Col. Retratos do Brasil-vol.68, 1979..
- SADER, Emir. “O Che, depois do Che”, In: Flávio KOUTZII e José Corrêa LEITE. **Che 20 anos depois. Ensaio e testemunhos**, São Paulo: Busca Vida, 1987, pp. 141-166.
- SIGUÁN, Miguel. “La vida y la obra de Herbert Marcuse”, In. Herbert MARCUSE. **Ensayos sobre política y cultura**, Barcelona, Ariel, 1973, prólogo, p. 7-40.